



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades.

Sub-eixo: Ênfase em Gênero.

POR UMA EDUCAÇÃO NÃO SEXISTA “PARA ALÉM DO CAPITAL”

Mariana Nery Sol Paulo¹

Antônia Camila De Oliveira Nascimento²

Resumo: O trabalho ora apresentado se debruça, fundamentalmente, na análise sobre a educação como processo de formação da consciência humana. Apoiamo-nos nas categorias: educação, formação da consciência humana e ideologia dominante, tendo como principais referenciais: Mészáros (2005), MARX (1989) e Tonet (2014). Afirmamos, portanto, a necessidade de se construir uma educação libertária e emancipada.

Palavras-chaves: Educação sexista. Formação da consciência humana. Ideologia dominante.

Abstract: The work presented here focuses, fundamentally, on the analysis of education as a process of formation of the human consciousness. We are supported in the categories: education; formation of the human consciousness and dominant ideology, having as main reference: Mészáros (2005); MARX (1989) and Tonet (2014). Therefore, we affirm the need to build a libertarian and emancipated education.

Keywords: Sexist education. Formation of human consciousness. Dominant ideology

INTRODUÇÃO

Neste artigo dar-se-á ênfase na educação como processo de formação da consciência humana, podendo ser determinante para construção de uma consciência crítica, ou um suporte para reprodução da ideologia dominante. Outrossim, a educação nos moldes do capital é embebida da ideologia dominante

¹ Profissional de Serviço Social. Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: marianansp@yahoo.com.br

² Profissional de Serviço Social. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: marianansp@yahoo.com.br

heteropatriarcal, a qual deforma a consciência humana, inverte a realidade, impõe e explicita diferenças estereotipadas de características de cada sexo.

A educação sexista no capital separa, delimita espaços, e induz as crianças e os adultos a se comportarem e agirem, conforme o binômio naturalizante do que se considera “feminino” e “masculino”. Neste horizonte, a educação, nos limites da lógica dominante, tem sido o servo do senhor do capital, escraviza e aprisiona o conhecimento, em todas as suas expressões, deturpa a história real dos homens, inverte a realidade. A história de homens e mulheres é distorcida, reescrita e disponibilizada e propagandeada nos mais diversos aparelhos ideológicos, conforme os interesses do capital.

Nesse sentido, desde a infância, meninas e meninos recebem uma educação sexista, mantendo uma íntima relação com a divisão sexual do trabalho, tendo em vista que as crianças são cerceadas desde a infância a assumirem papéis e atividades de acordo com o sexo.

1. Educação para além do capital

Instrui-vos porque teremos necessidade de toda vossa inteligência.
Agitai-vos porque teremos necessidade de todo vosso entusiasmo.
Organizai-vos porque teremos necessidade de toda vossa força.
(ANTONIO GRAMSCI)

A belíssima epígrafe escrita por Gramsci incita-nos a pensar a importância da participação coletiva de todos na construção de uma nova sociedade. E de uma educação que vislumbre a formação humana ampla que permita desenvolver todas as suas potencialidades do ser humano. Desse modo, é tarefa de todos, zelarmos e lutar por uma educação que traga no bojo de sua formação o compromisso pela emancipação humana, “onde o livre desenvolvimento de cada um é a condição do livre desenvolvimento de todos” (MARX; ENGELS, 1999, p. 44).

Construir uma educação para além do capital, é sabido que não é uma tarefa fácil, requer esforços, lutas coletivas cotidianas, e, sobretudo, transformar radicalmente a estrutura da sociedade, na busca da emancipação humana em sua plenitude. Tonet (2012, p 37) afirma que:

[...] toda atividade educativa, teórica e prática, que pretenda contribuir para formar pessoas que caminhem no sentido de uma autêntica comunidade humana, deve nortear-se pela perspectiva da

emancipação humana e não pela perspectiva da construção de um mundo cidadão.

Primeiramente cabe esclarecer o sentido de emancipação humana em Marx, ainda de que forma breve. Marx situa a emancipação humana para além da sociabilidade capitalista, no qual os homens sejam plenamente livres, ou seja, tenham controle consciente e coletivo do processo produtivo, na condição de livres produtores associados. Como nos aponta Tonet (2014, p.11):

Uma forma de sociabilidade que, por estar baseada no trabalho associado, portanto livre de toda exploração e dominação do homem sobre o homem, produtor de riqueza abundante, em quantidade e qualidade, permitirá a todos os indivíduos desenvolverem, da melhor maneira possível, suas mais variadas potencialidades.

Dessa forma, se trata de uma sociabilidade totalmente nova, livre de toda dominação, exploração do homem sobre o homem, a qual “permitirá a todos os indivíduos desenvolverem, da melhor maneira possível, suas mais variadas potencialidades” (TONET, 2014, p.11).

Marx vai abordar a questão da emancipação humana em seu texto: “sobre questão judaica”, em resposta a Bruno Bauer, publicado nos anais Franco-Alemão em 1844. Bauer fez uma da questão judaica uma crítica a relação Estado e Religião, enquanto Marx argumenta contra a concepção de Estado burguês, que embora laico, não conduz à emancipação humana.

Para Bauer, o Judeu deveria renunciar a sua religião, a fim de se emancipar como cidadão. Em contraposição, para Marx, a emancipação, em frontal contraste à emancipação política, é a única liberdade de fato. Ao passo que é capaz de superar a diferença entre indivíduo real e indivíduo genérico abstrato, além de conquistar um novo e mais elevado patamar de liberdade que não mais se realiza por meio do Estado.

A emancipação humana só será plena quando o homem real e individual tiver em si o cidadão abstracto; quando como homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas suas relações individuais, se tiver tornado um ser genérico; e quando tiver reconhecido e organizado as suas próprias forças (forces propres) como forças sociais, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força política. (MARX, 1989, p.30)

Nessa perspectiva, não se tratar de apenas conquistar e implementar políticas via Estado, que contemplem a diversidade humana na escola, e a implementação da discussão gênero e sexualidades nos currículo pedagógico, o que não significa que não sejam importantes, ao contrários são instrumentos que contribuem com a formação da consciência crítica, quebra paradigmas, ensinamentos e práticas engessadas, contribui para desvelar a ideológica patriarcal-sexista, inibir práticas homofobia, preconceituosas e discriminatória, mas não podemos parar por aí, temos que ir além, na busca da verdadeira emancipação humana que contempla uma educação igualitária, livre e plenamente humana. Tonet (2014) vai afirmar que é necessário que a classe trabalhadora tenha acesso ao conhecimento historicamente sistematizado, entretanto, não é condição suficiente para embasar a luta pela emancipação humana.

Este acesso não é condição suficiente por dois motivos: primeiro, porque a educação escolar não é o elemento-chave para a formação da consciência revolucionária. A luta social é este elemento fundamental. É na luta social que essa consciência, dependendo, também, de determinadas condições, é forjada de maneira muito mais rápida e clara. Segundo, porque todo o processo educativo está clivado no sentido de atender aos interesses da reprodução do capital. Os próprios conteúdos do conhecimento sistematizado, que são fundamentais no sentido da formação de uma consciência revolucionária, já foram sistematizados e são organizados e tratados de modo a impedir, embora não de forma absoluta, uma compreensão efetivamente revolucionária de todo o processo histórico (IDEM, 2014, p. 15).

Segundo Mézáros (2005), a emancipação da educação é impossível sem a corresponde transformação social. Para tanto, é necessário romper com a lógica do capital se quisermos realmente contemplar a criação de uma alternativa de educação significativamente diferente. Para Tonet (2014) uma reformulação da educação é impossível no âmbito da sociedade burguesa, posto, que para tanto, seria necessário superar a oposição entre trabalho manual e trabalho intelectual, condição inviável, posto que o capitalismo vive dessa obstinação.

A construção de uma nova sociabilidade implica processos de lutas da classe trabalhadora contra o capital. Neste prisma, compreendemos que a educação pode contribuir com a transformação radical da sociedade. Entretanto, entendemos que a educação por melhor que seja não é capaz de transformar o mundo, todavia, sem

uma educação crítica, o projeto de transformação social, torna-se ainda mais distante.

Nesse contexto, tomamos a educação não como um negócio que forma indivíduos para o mercado trabalho, ou que (des)educa homens e mulheres para seguirem os princípios e normas do sistema patriarcal- capitalista e sexista. Educação não deve ser tratada como mercadoria, mas como aquela que qualifica os sujeitos não somente para exercerem tarefas técnicas, mas, principalmente para vida, no qual os sujeitos sejam capazes de lutar pela garantia e efetivação dos direitos de cidadania, onde construam espaços democráticos, e de ação política contra toda e qualquer manifestação de opressão humana, e, sobretudo, que realize a transformação da base social, e que permita a mudança necessária para construção de uma sociedade que o capital não explore mais o trabalho e o tempo de trabalhadores e trabalhadoras, pois a classe dominante impõe uma educação alienada para que os homens e mulheres permaneçam dominados. Já a educação crítica pode contribuir com a transformação radical da sociedade para além do capital.

Desse modo, não basta que a classe trabalhadora tenha acesso a conhecimentos técnicos e científicos, e necessário e urgente, a aproximação com o conhecimento revolucionário, conhecimento este que lhe permita compreender o processo sócio histórico e que esses sujeitos tomem consciência que são agentes de transformação radical da sociedade.

Pode-se dizer que conhecimento revolucionário “é aquele que permite compreender qualquer objeto de estudo – seja ele natural ou social – como um momento do processo de construção da totalidade do ser social” (TONET, 2014, P. 17). Para o autor, mesmo diante de um cenário difícil, ainda é possível encampar atividades de caráter revolucionário. Tais atividades são compreendidas como aquelas que podem contribuir para que as pessoas tenham acesso ao mais elevado patrimônio cognitivo, artístico, e tecnológico que a humanidade dispõe. Entretanto, não basta o acesso sistemático a esses conhecimentos, precisam está alinhados aos interesses da classe trabalhadora. Segundo Tonet (2014), são primeiramente, atividades que permitem compreender o processo histórico de modo a entender a realidade social, a fim de romper com conhecimentos abstratos, marcado pelas explicações essencialistas e naturalistas. Em segundo lugar, são atividades que permitem compreender as contradições fundantes do capital e a necessidade

urgente de superar essa forma de sociabilidade. Para tanto, é fundamental a aproximação com o legado teórico herdado por Marx, embora, o autor compreenda os limites reais para inserção de tal conhecimento na educação escola, inclusive nas universidades. Em terceiro lugar, também são atividades educativas que permite compreender os fundamentos de uma possibilidade real de construção de uma sociedade comunista, a fim de evitar idealizações e também romper com a ideia de que capitalismo é o fim da história. Em quarto lugar são atividades educativas que permitem entender o real caráter da educação, sua função social e o papel que ela compre suas possibilidades e seus limites. Tal compreensão evitará a perpetuação da concepção idealista de educação como responsável pelo desenvolvimento da sociedade e pela transformação do mundo, retirando de cena o papel central do proletariado na luta revolucionária. Por fim, o conjunto de atividades assinaladas, pode contribuir para que as pessoas possam se situar como sujeitos coletivos e revolucionários, capazes de construir uma nova sociabilidade, participando tanto das lutas específicas da educação, quanto se engajando nas lutas mais gerais que envolvem a emancipação humana.

Nada adiante uma teoria que não se expresse na prática, do contrario permanecerá vazia de sentido real na vida dos sujeitos, contudo, a teoria marxista caracteriza exatamente por essa relação entre teoria e prática, como atividade fundamental da práxis humana, que permite não apenas conhecer e tecer uma crítica ao sistema capitalista, mas busca, sobretudo, sua superação.

Desse modo, o domínio da dimensão da concepção materialista é imprescindível para desenvolver essas atividades revolucionárias. Inúmeros são espaços que se pode desenvolver essas atividades, como em sala de aula, nas atividades de pesquisa, fora do âmbito escolar e, sobretudo, na educação de base, espaço fundamental para construção coletiva de uma consciência revolucionária. Na verdade não existe uma receita de bola para sua realização porque esta é situada na dinâmica das relações sociais, cabe a nós sujeitos construir alternativas criativas para se alcançar uma educação plenamente revolucionária.

2. Como construir uma educação para além do capital?

A luta pela educação emancipatória deve ter como ponto de partida e fim, a emancipação de todos, atravessa pela luta de classes, fincada no chão da história. Se a

educação não vislumbrar a mudança da base social, corre o grande risco de reduzir-se a reformas e ajustes minorísticos, determinado pelos ditames do capital. Como nos aponta Mészáros (2005 p.25-26):

As mudanças sob tais limitações, apriorísticas e prejudicadas, são admissíveis apenas como o único e legítimo objetivo de corrigir alguns detalhes defeituosos da ordem estabelecida, de forma que sejam mantidos intactos as determinações estruturais fundamentais da sociedade como um todo, em conformidade com as exigências inalteráveis da lógica global de um determinado sistema de reprodução. [...] mas de forma nenhuma pode-se alterar a própria regra geral.

Desse modo, de acordo com Mészáros, limitar as reformas educacionais aos limites da estrutura dominante, significa manter as estruturas do capital “incontestável” e “inalterada”, ao ponto de impor aos membros da sociedade uma visão deturpada do sistema, “incluindo-se as personificações ‘carinhosas’ do capital” (MÉSZÁROS, 2005, p.27). E autor acrescenta “é por isso que é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente”. (IDEM, 2015, p. 27).

Não podemos nos conter com propostas e soluções vagas, e tão pouco com respostas rúbias da lógica do capital, isso seria aceitar os ajustes e solução, iminentemente adequada a perpetuação da barbárie do capital. Por isso, para alcançar verdadeiramente a educação emancipatória, é necessário despir-se da “camisa de força”, e perseguir o caminho consistente e planejado com estratégias que rompa com o exercício do controle e apropriação do capital sobre nosso trabalho, tempo e vida.

Neste sentido, a educação, nos limites da lógica dominante, tem sido o servo do senhor do capital, escraviza e aprisiona o conhecimento, em todas as suas expressões, deturpa a história real dos homens, inverte a realidade. A história de homens e mulheres é distorcida, reescrita e disponibilizada e propagandeada nos mais diversos aparelhos ideológicos, conforme os interesses do capital. De acordo com Mészáros (2005, p. 35):

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu- no seu todo - ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes [...].

Desse modo, é uma falácia pensar que a educação institucionaliza, formal, e suas mudanças estruturais e legais, por si só fornece uma alternativa emancipatória radical, posto que a educação nos moldes do capital tem como uma de suas funções principais produzir “consensos”, e manter a classe trabalhadora “no seu lugar”, dentro dos limites da ordem do capital. Por isso é necessário, não amanhã, mas agora mesmo:

Romper com a lógica educacional institucionalizada, equivale substituir as formas onipresentes e profundamente enraizadas de internalização mistificadora por uma alternativa concreta abrangente (MÉSZÁROS, 2005, 47).

Para construirmos o conhecimento, verdadeiramente, nossa vida, sem manipulação e controle da educação patriarcal-capitalista-sexista, exige respostas críticas em relação às bases materiais e ideológicas, desde as nossas primeiras experiências e contato com as artes, poesia, música, literatura, trabalho, e inclusive os conflitos, confrontos e disputas políticas e sociais. Para Tonet (2012, p. 56):

[...] colocar como objetivo a plena universalização da educação – agora esta universalização entendida no sentido da emancipação humana – implica articular as lutas específicas da área educacional com a luta revolucionária mais geral.

E para tomar uma educação plena por toda vida, é necessário superar a alienação humana por meio de um novo metabolismo de reprodução social por parte de uma sociedade de produtores livremente associados. Para isso, segundo Mézáros (2005), seria necessário fornecer uma base firme em consonância com uma nova realidade: a universalização da educação e a universalização do trabalho como atividade humana auto-realizadora.

Face ao exposto, chamamos a atenção para o papel da educação na formação humana, por compreendê-la como chave importante no processo de construção do conhecimento crítico e afinado com a luta de classes e transformação radical da sociedade, mas infelizmente em tempos de capital fetiche, o conhecimento elaborado pela burguesia e por ela difundida, serve como instrumento de reprodução da ideologia dominante, e perpetuação da desigualdade entre os sexos, a ponto de reduzir o ser humano num binário homem x mulher.

Nesse contexto, Percebe-se que a educação nos limites do capital é embebida da ideologia dominantes heteropatriarcal, a qual deforma a consciência humana, inverte a realidade, impõe e explicitam diferenças, estereotipadas de características de cada sexo, separa, delimita espaços, e induz, as crianças e os adultos a se comportarem e agirem, conforme o binômio “feminino” e “masculino”, e tudo que se diferencia deste padrão hegemônico, é visto como anormal, desviante, transgressão das leis divinas e dos bons costumes da família.

Afirmamos, portanto, a necessidade de se construir uma educação libertária e emancipada, que forme o ser humano numa dimensão crítica, voltada para a defesa da igualdade e da liberdade, numa busca constante de desvelar as relações sociais desiguais de gênero na sociedade capitalista, baseada na educação não sexista. Nesse sentido, cremos na importância da educação libertária, na qual os seres humanos sejam capazes de respeitar as diferenças, sem transformá-las em desigualdades.

Para Cisne (2012, p. 129), “a emancipação deve ser percebida dentro de uma dimensão de totalidade, não apenas limitada ao gênero, caso haja a pretensão de que seja verdadeira e plena”. Trata-se, portanto de compreender historicamente como as relações de sexo tomam corpo na sociedade patriarcal, capitalista e heteronormativa, e, em momentos estratégicos, construir lutas coletivas em busca de construir resistências contra tal sistema opressivo, a fim de desvendar os fios que institui significados associados às supostas diferenças naturais entre os sexos, que justifica a submissão e opressão sobre as mulheres, no intuito de superá-las.

Para Mézáros (2002, p. 271), “causa histórica da emancipação das mulheres não pode ser atingida sem se afirmar a demanda pela igualdade verdadeira”, e não pode, portanto, se contentar com a igualdade puramente formal dos sistemas jurídicos liberais. Esta igualdade, porém, não pode ser obtida no microcosmo da vida privada e familiar se permanecer intacto, no macrocosmo da reprodução sociometabólica, o sistema hierárquico e desigual do capital pois, neste caso, a família estaria em direta contradição ao *ethos* e às exigências humanas e materiais necessárias para assegurar a estabilidade do sistema hierárquico de produção e reprodução social do capital. É por isso que a causa da emancipação das mulheres tende a permanecer não-integrável e no fundo irresistível, não importa quantas derrotas temporárias ainda tenha de sofrer quem luta por ela.

Nesse prisma, Mézáros vai afirmar que a luta pela igualdade das mulheres pressupõe uma luta articulada com a emancipação humana, único caminho viável para uma verdadeira liberdade.

Assim, dadas as condições estabelecidas de hierarquia e dominação, a causa histórica da emancipação das mulheres não pode ser atingida sem se afirmar a demanda pela *igualdade verdadeira* que desafia diretamente a autoridade do capital, prevalecente no “macrocosmo” abrangente da sociedade e igualmente no “microcosmo” da família nuclear (MÉSZÁROS, 2002, 271).

Desse modo, a luta pela liberdade e igualdade das mulheres não se deve residir como fim em si mesmo, mas, sim, deverá ter como ponto de partida e fim, a emancipação de todos, atravessa pela luta de classes, fincada no chão da história.

Nesse prisma, é necessário a organização de luta que venham de encontro com os interesses desse sistema de opressão de mulheres e homens, na busca por uma sociedade mais justa e igualitária, que garanta a emancipação de todos. Para que isso seja possível é preciso desconstruir socialmente os ditames do sistema patriarcal-capitalista, em prol da ruptura com essa sociedade e consolidação de uma nova sociedade pautada na igualdade e liberdade entre ambos os sexos.

Uma transformação significativa da educação é inconcebível sem uma profunda mudança na base social de cunho anticapitalista, no qual as práticas educativas estão assentadas. Desse modo, sem uma transformação na estrutura da sociedade, serão admitidos alguns ajustes menores, ou melhor, algumas reformas ou contrarreformas³ para atender aos interesses do capital e do Estado burguês.

As mudanças sob tais limitações, apriorísticas e prejudicadas, são admissíveis apenas com o único e legítimo objetivo de *corrigir* algum detalhe defeituoso da ordem estabelecida, de forma que sejam mantidas intactas as determinações estruturais fundamentais da sociedade como um todo, em conformidade com as exigências inalteráveis da *lógica global* de um determinado sistema de reprodução. Podem-se ajustar as formas pelas quais uma multiplicidade de interesses particulares conflitantes se deve

³Expressão cunhada por Elaine Behring (2003). Historicamente, todas as reformas foram resultados de luta de classes, ou seja, foram realizadas pelo avanço da luta da classe trabalhadora contra os interesses do capital, enquanto que as mudanças engendradas pelas políticas de cunho neoliberal possuem um caráter regressivo, ou seja, de contrarreforma, posto que esta “compõe de um conjunto de mudanças estruturais regressivas sobre os trabalhadores e a massa da população brasileira, que foram também antinacionais e antidemocráticas (BEHRING, 2003, p. 281).

conformar com a regra geral preestabelecida da reprodução da sociedade, mas de forma nenhuma pode-se alterar a *própria regra geral* (MÉSZÁROS, 2005, p.25-26).

Outros sim, compreendemos que tal contrarreforma atende aos interesses do capital em detrimento da educação pública, tendo em vista que fragilizada a educação pública ao começar pela PEC 241 que propõe o congelamento de recursos para esta área, e segundo que a proposta de ensino médio integral exclui jovens pobres que sem muitas opções deixam as escolas em busca de emprego, reduzindo conseqüentemente as matrículas e os custos com a educação. Enfim, não pretendemos nos aprofundar nesta temática (mas, apenas situar o desserviço do governo burguês na área da educação), posto não ser o objetivo deste trabalho.

Desse modo, uma educação igualitária e democrática é incompatível com a ordem capitalista. Por isso, é preciso pensar a educação, não numa perspectiva reformista, mas de ser pensada e combinada com estratégias de superação das contradições originais deste modelo. Se quisermos contemplar uma educação anticapitalista é necessário, e mais do que nunca urgente, romper radicalmente com a lógica do capital. Entendemos que a raiz do problema da educação não estar no(a) professor(a) ou no estudante, mas na estrutura desse modelo econômico que transformam o ser humano em máquina, em coisa a serviço da acumulação do capital. Nos moldes do capital, a educação funciona como sistema de internalização de valores funcionais a reprodução sócio metabólica deste sistema. Nos termos de Mézáros (2005, p.47): “romper com a lógica do capital na área da educação equivale, portanto a substituir as formas onipresentes e profundamente enraizadas de internalização mistificadora por uma alternativa concreta abrangente”.

Um elemento fundamental para descortinar o constituído lugar que a educação vem assumindo é possibilitar e estimular a criticidade dos sujeitos diante desse modelo de educação, obviamente que não é uma tarefa fácil, mas é possível desde que existam pessoas dispostas a lutarem por um modelo de educação, de sociedade anticapitalista. Desse modo, é necessário somar a essa tarefa um novo conceito de educação que vá além da educação formal, ou seja, uma educação de cunho abrangente que envolva toda a vida dos sujeitos. Para isso, segundo Mézáros para mudar essa condição exige uma intervenção consciente de todos os domínios do ser social, tanto em nível individual quanto social. Ainda o autor citando Marx: “os seres humanos devem mudar ‘completamente as condições da sua

existência industrial e política, e, conseqüentemente, toda a sua maneira de ser” (MÉSZÁROS, 2005, p.59).

Desse modo, a raiz de todas as variedades de alienação, encontra-se no trabalho alienado, no qual os trabalhadores passam a não se reconhecer como parte constituinte do processo de trabalho. Neste prisma, faz-se necessário superar a alienação do processo produtivo “por meio de um novo metabolismo reprodutivo social dos produtores livremente associados” (IDEM, 2005, p. 60). O mesmo autor nos faz uma alerta que não basta negar esse sistema, mas é necessário transformar radicalmente a estrutura social. Consideramos que a negação é importante quando se tem como horizonte a transformação radical da sociedade. Dentro desse processo de transformação, a educação desempenha um importante papel, como nos explica Mézáros (2005, p.60):

Portanto, desde o início o papel da educação é de importância vital para romper com a internalização predominante nas escolhas políticas circunscritas à “legitimação constitucional democrática” do Estado capitalista que defende seus próprios interesses. Pois também essa “contra internalização” (ou contra consciência) exige a antecipação de uma visão geral, concreta e abrangente, de uma forma radicalmente diferente de gerir as funções globais de decisão da sociedade, que vai muito além da expropriação, há muito estabelecida, do poder de tomar todas as decisões fundamentais, assim como das suas imposições sem cerimônia aos indivíduos, por meio de políticas como uma forma de alienação por excelência na ordem existente.

Assim, a educação pode contribuir (pode ser uma mediação) com desvelamento de processos alienantes da consciência humana, por meio de análise crítica e reflexiva sobre as contradições do modelo de produção capitalista, bem como criar condições e estratégias alternativas concretas de superação da ordem vigente. Segundo Mézáros (2005, p. 65) para se efetivar a transcendência do trabalho auto-alienado, dois conceitos devem ser postos em primeiro lugar “a universalização da educação e a universalização do trabalho como atividade humana auto-realizadora”.

3. Considerações finais

Face ao exposto, chamamos a atenção para o papel da educação na formação humana, por compreendê-la como chave importante no processo de

construção do conhecimento crítico e afinado com a luta de classes e transformação radical da sociedade, mas infelizmente em tempos de capital fetiche, o conhecimento elaborado pela burguesia e por ela difundida, serve como instrumento de reprodução da ideologia dominante, e perpetuação da desigualdade entre os sexos, a ponte de reduzir o ser humano num binário homem x mulher.

Nesse contexto, Percebe-se que a educação nos limites do capital é embebida da ideologia dominante heteronormativa, a qual deforma a consciência humana, inverte a realidade, impõe e explicitam diferenças, estereotipadas de características de cada sexo, separa, delimita espaços, e induz, as crianças e os adultos a se comportarem e agirem, conforme o binômio “feminino” e “masculino”, e tudo que se diferencia deste padrão hegemônico, é visto como anormal, desviante, transgressão das leis divinas e dos bons costumes da família.

Afirmamos, portanto, a necessidade de se construir uma educação libertária e emancipada, que forme o ser humano numa dimensão crítica, voltada para a defesa da igualdade e da liberdade, numa busca constante de desvelar as relações sociais desiguais de gênero na sociedade capitalista, baseada na educação não sexista. Nesse sentido, cremos na importância da educação libertária, na qual os seres humanos sejam capazes de respeitar as diferenças, sem transformá-las em desigualdades.

REFERÊNCIAS:

IASI, Mauro. **Ensaio sobre a consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

CISNE, Mirla e BRETTAS, Tatiana. **Que homens e mulheres educamos?**. P 61-77. *In*:

MARX, Karl. **A questão judaica**. Tradução: Artur Morão. Covilhã: Lusosofia, 1989.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. Instituto Lukács, 2 ed.rev, São Paulo, 2012.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 1930; tradução de Isa Tavares—SP. Boitempo, 2005.

MORENO, Montserrat. **Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola**. Coordenação Ulisses Ferreira de Araújo; tradução Ana Venlte Fuzano. - São Paulo: Moderna; Campinas. SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1999.